

▪ Introdução ▪

O povo cubano

O atraente café aberto para a rua na varanda do Hotel Casa Grande dá para a frondosa praça colonial no centro de Santiago de Cuba. No extremo oposto fica uma casa de madeira com decoração de arabescos, construída no século XVI pelo próprio conquistador espanhol da ilha Diego de Velásquez (acreditam alguns). À esquerda, a modesta catedral moderna do século XX, e à direita a sacada dos escritórios da Câmara Municipal, de onde Fidel Castro falou à multidão no dia 2 de janeiro de 1959, o primeiro dia da Revolução.

Aos sábados, a varanda fica lotada de afetuosos parentes e amigos das *quinceañeras*, belas meninas de 15 anos que chegam em flutuantes vestidos de crinolina branca, cheias de timidez, para celebrar seus aniversários – é o rito de passagem para o mundo adulto. As meninas e os membros de suas famílias que chegam têm aparências, tamanhos e cores variadas – são negros, brancos e mulatos. A cena parece a reencenação de um antigo ritual tradicional, ainda que, como muitas coisas em Cuba, não pudesse ter acontecido cem anos atrás. Uma mistura social entre as raças, no coração da cidade, não teria sido possível no passado.

Os cubanos de hoje são um povo de criação recente. Somente depois da revolução de Castro a sociedade passou a existir como nação unificada e homogênea. Ao longo dos vários séculos de domínio imperial espanhol, até 1898, a população de Cuba era dividida por raça, classe e origem étnica, e a história do país caracterizava-se pela violência endêmica e um racismo profundamente enraizado, brancos contra negros e todos os matizes entre si. Nas cidades e em grande parte do campo, as pessoas viviam as suas vidas num considerável clima de medo e incerteza. Conquista, resistência, pirataria, rebeliões escravas, invasões de saqueadores, guerras frustradas de independência e revoluções abortadas sucederam-se com um espaço entre si que mal dava para respirar. Até 1959, a política cubana era decidida pelas armas. Viajantes visitantes no século XIX observaram freqüentemente que não se viam mulheres em parte alguma. Elas tinham boas razões para permanecer em casa.¹



Os cubanos hoje parecem ser majoritariamente brancos ou mulatos, apesar de mais da metade da população ter sido negra em boa parte da história da ilha e de a grande maioria dos negros ter sido de escravos. A proporção de negros e brancos não mudou até meados do século XIX, quando o esforço das autoridades coloniais espanholas para “branquear” a população por meio do estímulo à imigração branca, articulado com a dificuldade para importar escravos durante as décadas em que a escravidão era permitida, mas o comércio de escravos, ilegal, fez pender a balança em favor dos brancos. A escravidão só foi formalmente abolida em outubro de 1886.²

Os próprios negros cubanos não formavam um grupo homogêneo. Vinham de muitas tribos e nações ao longo da extensão da costa oeste africana, do Senegal, ao norte, até Angola, no sul – e mesmo de Moçambique, na costa sudeste da África. Eles trouxeram consigo línguas diferentes, crenças diferentes, costumes diferentes, música diferente, e preservaram essas diferenças na nova terra cubana, para onde haviam sido transportados, até um ponto bem avançado do século XIX. Os clubes e as sociedades assistenciais de negros, formados para benefício mútuo, mantiveram as particularidades.

A primeira geração de escravos negros foi trazida com as ondas originais de conquistadores espanhóis no começo do século XVI para trabalhar nas minas de ouro e de cobre, e posteriormente nas plantações de tabaco. Nos séculos XVIII e XIX, a maioria deles vivia e trabalhava em plantações de açúcar, ao passo que outros eram mantidos como escravos domésticos. Contudo, um grande número de negros – variante ao longo dos séculos, mas sempre superior àquele de outros lugares do Caribe – não era de escravos. Descritos como “negros livres” ou “homens de cor livres,” eram geralmente trabalhadores urbanos, empregados como operários ou artesãos, ou às vezes sobreviviam como pequenos comerciantes independentes. O século XX assistiu a uma nova imigração negra, da Jamaica e do Haiti. Eles vieram como operários de empreitada, com passagem de volta, mas muitos ficaram para trás. Esses negros livres não estavam sós na camada mais baixa da sociedade cubana. Muitos casamentos inter-raciais nessa parte mais baixa da escala social criaram o elemento mulato da população, freqüentemente visto pelos estrangeiros, de modo inexato, como a característica predominante do país. Na prática, a miscigenação racial de Cuba permaneceu notavelmente estratificada e dividida.

A parte branca da população também esteve separada em vários grupos ao longo dos séculos. Enquanto a maioria vinha da Espanha continental, muitos navegaram das Ilhas Canárias. Outros vieram do restante da Europa, certamente de todos os países do antigo império Habsburgo – Espanha, Itália, França, Áustria, Polônia, Holanda – bem como da Escandinávia. No século XX, um pequeno fluxo de colonizadores norte-americanos veio na esteira da ocupação dos Estados Unidos de 1898-1902.

Como os afro-cubanos, os imigrantes que vieram da Espanha mantiveram um sentido intenso de diferença regional, reivindicando orgulhosamente as suas origens na Galícia ou nas Astúrias, na Andaluzia ou Léon, na Catalunha ou no País Basco. Ao longo do século XIX e, especialmente, nas primeiras décadas do século XX, eles também mantiveram vivas as suas tradições em clubes, “cassinos” e sociedades civis – garantindo a educação dos filhos e o casamento das filhas dentro das próprias comunidades.

Muitos dos brancos de Cuba vieram como colonizadores e lavradores, mas logo se ramificaram em ocupações urbanas, dominando a burocracia do país, o comércio internacional e local e a indústria. Como elemento principal na política do país, tanto no governo colonial como nos movimentos de oposição e na liderança das guerras insurrecionais, os colonizadores espanhóis e seus descendentes sempre tiveram a maior parte nos livros de história da ilha, até que estudos mais recentes começaram a restabelecer o equilíbrio por meio da análise histórica dos outros grupos, menos favorecidos.

Sempre inquietos pela presença da maioria negra do país, os colonizadores brancos buscaram manter a sua posição dominante fazendo um apelo incessante à imigração de europeus. Assim, esta foi deliberada e freqüentemente estimulada pelas elites dominantes racistas, tanto antes como depois da libertação do jugo espanhol em 1898. O objetivo assumido de “embranquecer” a população, e de manter os colonizadores brancos numericamente superiores, foi amplamente bem-sucedido. Ondas de imigrantes espanhóis continuaram a chegar a Cuba até o começo dos anos 1930 (inclusive Angel Castro, o pai de Fidel). Em meados do século XX, o elemento negro da população tinha declinado – segundo as estatísticas oficiais – de cerca de 50 por cento para menos de 30 por cento.

Um terceiro elemento na mistura étnica de Cuba, o traço de sangue indígena que corre nas veias da maior parte de seu povo, exceto dos imigrantes mais recentes, tem sido geralmente ignorado ou renegado. Ele é vigorosamente minimizado pela maioria dos historiadores da Havana de hoje, embora não aconteça o mesmo com os de Santiago. A versão oficial, mantida obstinadamente ao longo dos anos apesar das provas crescentes em contrário, é de que os taínos, os povos indígenas que ocuparam a ilha por muitos séculos antes da chegada de Colombo, teriam sido destruídos nos primeiros anos da conquista.

Isso claramente não é verdade. Muitos dos povos originais da ilha sobreviveram em reservas oficiais ou em assentamentos nas montanhas pelo menos até o século XIX, e também mantiveram contato com os habitantes que chegaram depois, particularmente com os negros. Os nomes que eles deram aos lugares ainda estão em evidência, e muitas palavras do seu vocabulário apimentam a língua espanhola hoje falada em Cuba. O próprio nome “Cuba” é uma palavra indígena. Colombo ouviu os habitantes nativos das Bahamas referindo-se a “Cuba” e a “Cu-



banacán” como uma grande ilha ao sul. Os arejados *bohíos* dos indígenas – choupanas construídas com folhas de palmeira – foram adaptados pelos colonizadores espanhóis e ainda podem ser vistos em áreas esquecidas do interior, ou ressuscitados na arquitetura vernácula dos hotéis de turismo situados nas praias.

Outro grupo minoritário na população, os chineses, foram trazidos como trabalhadores contratados em substituição aos escravos africanos em meados do século XIX. Quando a campanha internacional contra o comércio de escravos finalmente obteve êxito, os proprietários das *plantations* foram obrigados a achar novas fontes de mão-de-obra.

Os diferentes povos de Cuba – indígenas, espanhóis, africanos e chineses – tiveram uma história longa e sempre violenta, largamente dominada por dois temas sempre presentes: a busca de segurança interna e a ameaça de ataque externo. Como uma grande ilha situada em mares hostis, às costas de dois grandes continentes, é difícil imaginar como poderia ter sido diferente. A história violenta de Cuba é muito anterior ao domínio colonial. Nos séculos anteriores ao assentamento permanente dos espanhóis, os habitantes indígenas já haviam sido deslocados e transferidos por sucessivas gerações de povos latino-americanos da floresta, que despontavam do delta do Orinoco e viajavam em canoas feitas de troncos de árvore, subindo a cadeia de ilhas caribenhas até Cuba. O sentido prolongado de perigo externo e de incerteza interna que os povos anteriores à conquista experimentaram foi exacerbado ou complicado pela chegada de Diego Velásquez, em 1511.

O ambiente natural inóspito ainda foi mais um dos problemas enfrentados pelos primeiros povos de Cuba, bem como pelos imigrantes posteriores. A frequência das tempestades tropicais, dos furacões e tornados foi um fenômeno ativo ao longo de toda a história da ilha, como hoje ainda o é. O impacto histórico da estação anual dos furacões, trazendo morte e destruição em sua esteira, foi salientado num estudo impressionante de Louis Pérez sobre as forças naturais que afetam o desenvolvimento de Cuba. Pérez conta como a palavra *huracán* passou ao vernáculo espanhol a partir do uso indígena. “Os taínos usavam ‘*huracán*’ para designar forças malignas que tomavam a forma de ventos de proporções e poder de destruição aterradores, que sopravam de todos os quatro cantos da terra.”³

A esse ambiente sempre violento e hostil chegaram os primeiros aventureiros cristãos do século XVI, trazendo com eles soldados e marinheiros, colonizadores e comerciantes, artesãos e padres – e escravos negros em número sempre crescente. A primeira geração de recém-chegados rapidamente abandonou a ilha, navegando para o México e para o Peru na década de 1520, e para a Flórida na de 1530. Eles deixaram para trás remanescentes patéticos de colonização permanente, homens e mulheres tão assustados e inseguros quanto os povos nativos com quem então estavam em guerra.

Nos primeiros anos da conquista, os colonizadores construíram para si um punhado de pequenas cidades em diferentes pontos espalhados pela ilha, mas por muitos anos a autoridade deles não se estendeu muito além de suas defesas periféricas. Os sobreviventes da população indígena, freqüentemente intercasados com espanhóis e com escravos negros, sobreviveram por séculos nas montanhas, uma presença permanente e tensa, de tempos em tempos incitada à resistência e à rebelião. Um grande pedaço da ilha foi, em boa parte da história, território virgem, intocado pela lei, pelo governo ou qualquer direito de propriedade. Naquelas terras, literalmente fora do mapa, grupos esquecidos de índios e de escravos fugitivos viviam em *palenques*, povoados fortificados com paliçadas, totalmente independentes do Estado. Desta tradição nasceu o banditismo que infestou o interior da ilha a partir de meados do século XVI e produziu grande parte da rude soldadesca das guerras de independência do século XIX, e certamente também das rebeliões do século XX.

Conflitos esporádicos entre colonizadores e indígenas continuaram ao longo do primeiro século da conquista, e esse perigo interno sempre presente foi rapidamente complementado pela violência oriunda do exterior – outra característica permanente da história cubana. Os espanhóis foram seguidos no Caribe por marinheiros e colonizadores de outras nações européias – os franceses, os britânicos e os holandeses. Esses recém-chegados trouxeram as guerras mortais da Europa para dentro desse novo cenário tropical e combateram lá, a intervalos, por mais de dois séculos. Eles ocuparam as ilhas adjacentes a Cuba e, sob a forma de corsários e piratas, rondaram permanentemente ao largo da costa, aportando sempre que viam uma oportunidade de comércio, de ganhar dinheiro ou causar devastação entre aqueles que se recusavam a colaborar.

E se a vida foi brutal e curta para os colonizadores brancos durante os primeiros séculos, ainda menos recompensadora terá sido para os escravos. Os que sobreviviam às severas condições da travessia do Atlântico eram marcados a ferro em brasa, despachados para trabalhar nas plantações e açoitados ou mutilados se dessem algum sinal de rebeldia ou relutância em trabalhar. A quantidade de homens superava imensamente a de mulheres, e algumas fundações religiosas só empregavam escravos homens, para economizar dinheiro, criando um manancial de ressentimentos e frustrações sexuais.⁴

No século XIX, aos Estados vorazes que tinham estendido as suas fronteiras até o Caribe e a América Central, juntaram-se, como mais um predador potencial, os Estados Unidos. Enquanto em outras partes da América Latina os vice-reinados do império espanhol caíram diante das forças dos exércitos dos colonizadores locais, Cuba permaneceu leal à Coroa. Paradoxalmente, foi a intensa rivalidade entre a Europa e os Estados Unidos que ajudou a manter Cuba nas mãos dos espanhóis até o fim daquele século. A vida do império espanhol no Caribe foi prolongada além da sua extensão natural, da mesma forma que, em outra parte do



planeta, o império turco foi mantido vivo século XX adentro pelas grandes potências europeias, temerosas de que algo pior pudesse sucedê-lo.

A Espanha foi finalmente expulsa de Cuba em 1898, três anos após a eclosão da guerra final de independência, em 1895. Mesmo então, apesar dos esforços das forças cubanas, o *coup de grâce* foi dado pelos Estados Unidos, que invadiram e ocuparam a ilha em 1898, obrigando o império espanhol a capitular. As tropas norte-americanas, lideradas entre outros por Theodore Roosevelt, aportaram na Baía de Guantánamo, enquanto os navios dos Estados Unidos destruíam a frota espanhola em Santiago.

A saída final da Espanha de Cuba naquele ano e a retirada subsequente dos Estados Unidos em 1902 não representaram nenhum alívio de violência para os habitantes da ilha. Rebelião interna e intervenção externa continuaram a caracterizar a história do país nas primeiras seis décadas do século XX, até depois da revolução de Castro em 1959. Ainda que ruínosa, a tradição gloriosa de pegar em armas e partir para o *manigua* (o interior rural de Cuba) com um punhado de homens, estabelecida durante as guerras de independência foi constantemente revivida quando eleições, honestas ou corruptas, produziram resultados contestados. Depois do *coup d'état* de Batista em 1952, os jovens (homens e mulheres) acharam perfeitamente natural e aceitável pegar em armas e partir para as montanhas, desencadeando uma grande confusão no interior enquanto os seus companheiros nas cidades estocavam armas, provenientes do exterior, preparavam explosivos e empreendiam o que um período histórico posterior caracterizaria como “terrorismo”.

A realização inegável da Revolução foi trazer segurança interna e tranquilidade para a ilha pela primeira vez na sua história, ainda que tenha custado um alto preço. Os perigos externos não desapareceram; sem dúvida, restaram os mesmos. Os Estados Unidos ameaçaram restaurar a hegemonia sobre Cuba e enviaram uma força de invasão em 1961. Em 1962, outro grande império europeu, a União Soviética, entrou brevemente na história de Cuba, ainda que de forma tardia, e levou o mundo à beira de um colapso cardíaco coletivo com sua destemperada decisão de estacionar mísseis nucleares no país.⁵ Assim como outros impérios da Europa haviam feito no passado, a União Soviética estendeu as suas fronteiras até o Caribe e buscou imprimir a sua marca na ilha. Os russos se justificaram dizendo que estavam ajudando a luta da Revolução de Castro contra os inimigos, mas como todos os grandes impérios, eles tinham os seus próprios motivos.

Em resposta a essa intervenção externa, e seguindo o modelo da doutrina Monroe,* estabelecido na década de 1820, os Estados Unidos decretaram um em-

* A doutrina Monroe diz respeito à proclamação do presidente dos Estados Unidos James Monroe (1817-1825): “América para os americanos”. A política externa dos EUA na época pretendia rechaçar a presença europeia em todo o continente americano. (N.E.)

bargo econômico ao comércio exterior das ilhas e patrocinaram ataques piratas que lembravam os do século XVII. Posteriormente, perto do fim do século XX, com os cubanos tentando, de forma desesperada, se manter longe disso, os mares em volta da ilha encheram-se mais uma vez de comerciantes ilegais. Muitos navios piratas que outrora teriam sido carregados com tabaco e rapé, açúcar e rum, agora transportavam maconha e cocaína.

Entre esses pequenos navios estavam as frágeis embarcações que traziam para a Flórida imigrantes ilegais de Cuba, assim como de outras ilhas do Caribe. A imigração ilegal, exceto em alguns momentos em 1980 e 1994, não era tolerada nem por Cuba nem pelos Estados Unidos. Não obstante, como a riqueza dos Estados Unidos crescia sem parar, e ao mesmo tempo que a pobreza das ilhas caribenhãs e dos pequenos países da América Central aumentava, a atração econômica da América do Norte tornou-se quase irresistível.

O povo cubano, como este livro busca ilustrar, teve um passado conflituoso e violento, e essa tradição entrincheirada não desapareceu completamente no século XXI. A Revolução pode ter trazido paz social para a ilha após 500 anos, mas isso não aconteceu sem custos. Quando Castro evoca a escolha garibaldiana *Patria o Muerte* ao final dos seus discursos, não está usando as palavras como retórica romântica. Para ele, e para o seu povo, elas têm uma relevância sentida em profundidade, que ecoa ao longo dos séculos.